

-6 SET 1988

# Velhinhos salientes

ANC pg  
JORNAL DO BRASIL

Ricardo A. Setti

**E**m antiga e saborosa crônica, *A arte de ser velho*, decretava o poeta Vinícius de Moraes, depois de descrever estripulias praticadas por pessoas da terceira idade na Europa e nos Estados Unidos: "Velhinho saliente é muito bom, muito bom, mas de avô dos outros — nosso, não." Como a crônica foi escrita há mais de quarto de século, e o poeta se encontrava ainda tão distante da morte, que o colheria duas décadas depois, quanto da velhice, não poderia talvez prever que ele próprio viria a praticar, com declarado orgulho e extraordinária disposição, o que então o espantava.



De toda forma, ao admirar os velhinhos salientes, desde que na família dos outros, o poeta não fazia mais do que dar curso a tendência fundamente enraizada na alma nacional. Certas coisas, no Brasil, são ótimas, desde que não nos atinjam, ou fiquem para depois. Trata-se de inclinação aplicável a qualquer setor da vida do país. Na economia, por exemplo, pode-se observá-la no trato do déficit público: todos no governo são favoráveis a cortes de despesas, com a condição de que sejam feitos no ministério alheio. Na política, por sua vez, os militares, nos 21 anos em que dirigiram os destinos do país desde 1964, cansaram de escorregar nesse traço do caráter brasileiro quando se tratava de encarar a questão das liberdades públicas: a democracia, proclamavam nossos generais, era a melhor coisa do mundo, desde que fosse deixada para mais tarde.

A Constituinte, pouco antes de encerrar com glória e papel picado a parcela principal de seus 19 meses de trabalho, na semana passada, acabou fazendo mais ou menos isso com as eleições municipais deste ano. O princípio da maioria absoluta — o prefeito só pode ser eleito se obtiver metade mais um dos votos válidos, caso contrário haverá uma escolha em segundo turno 30 dias depois do primeiro, concorrendo só os dois candidatos mais votados — é magnífico, democratizante, excelente, civilizado. Mas por que não deixar para a próxima eleição?

Trata-se, como se sabe, de sistema adotado por países politicamente mais avançados e maduros, como a França, com o objetivo óbvio de fazer com que os políticos eleitos tenham o respaldo de uma sólida maioria de eleitores. Subsidiariamente, é uma forma de obrigar o eleitorado a abrir mão de preferências circunstanciais, ideológicas ou até afetivas para fazer, em caso de impasse quanto a uma clara maioria, uma escolha fundada na razão e no pragmatismo. Permite, além disso, que se façam negociações políticas legítimas entre forças partidárias que possuem afinidades mas que, por exigência de manutenção da identidade própria, precisam lançar candidatos no primeiro turno, mesmo que sem chance de vitória.

Nenhum dos defensores do adiamento dos dois turnos para as eleições deste ano discutiu um único desses tópicos. Não houve uma única e singela razão lógica que tivesse sido apresentada para justificar que o princípio dos dois turnos fosse incluído no texto permanente da Constituição e, depois, graças a providencial e oportunista emenda de um certo deputado Francisco Benjamin, do PFL baiano, deixasse de valer para este ano. Se o princípio é bom a

ponto de estar incrustado na Constituição, por que, então, não começar já a praticá-lo? Nenhuma explicação com um mínimo de fundamento foi dada a respeito pelos que votaram a favor do adiamento.

"Casuísmo", bradaram os "tucanos" do PSDB. De fato, foi preciso uma boa mão do doutor Ulysses Guimarães para que a emenda pudesse ser votada. Vale recordar o caso. Como se tratava de emenda aditiva — ou seja, que acrescentava um dispositivo ao texto da Constituição sendo votado —, ela só poderia ser apreciada com o consenso de todos os líderes de partidos, conforme manda o regimento interno da Constituinte. (No segundo turno de votação, não havendo esse acordo de líderes, só podiam ser votadas emendas supressivas, ou seja, destinadas a eliminar parte do que havia sido aprovado em primeiro turno.) O consenso não houve — PSDB, PT e outros partidos menores se opuseram à votação da emenda. O doutor Ulysses, porém, impulsionado sabe-se lá por que motivação, resolveu passar por cima do regimento e submeter a questão ao plenário. Este também atropelou o regimento que ele próprio pusera em vigor e achou que emenda aditiva valia. A emenda acabou aprovada.

Não adiantaram apelos como o do senador Fernando Henrique Cardoso para que fosse esquecido o imediatismo das eleições de novembro — em que os dois turnos não agradavam a diversos caciques partidários — e se atentasse para os interesses permanentes do regime democrático. Outro "tucano", o presidente do partido, senador José Richa, vociferou que, com o casuísmo, as disposições transitórias da Constituição se transformaram "no latão de lixo dos interesses pessoais". Descontado, da dura expressão, o ímpeto de *boxeur* com que se move o senador Richa quando está convencido de suas razões, o fato é que esses interesses prevaleceram mesmo, uma vez mais.

Num mesmo e estridente saco, com efeito, reuniram-se gatos tão diferentes quanto o palácio do Planalto, o engenheiro Leonel Brizola, o senador Marco Maciel e o ex-deputado Paulo Maluf. O Planalto, empenhado em quebrar a espinha dorsal do PMDB para aliviar-se da pressão que sofre do partido, emitiu, com a queda dos dois turnos, um suspiro de alívio tão prolongado que se podia quase ouvi-lo da Praça dos Três Poderes. (Os assessores do presidente José Sarney parecem convencidos de que, sem os dois turnos, o PMDB só elege meia dúzia de prefeitos de capitais. A ver.) O engenheiro Brizola deixou correndo de lado suas veleidades de social-democrata europeu tão logo vislumbrou a chance de cair em os dois turnos e, assim, consolidar-se o aparente favoritismo de seu candidato à prefeitura do Rio, Marcelo Alencar (contra o qual, presumivelmente, todos se uniriam no segundo turno). O senador Marco Maciel, supostamente favorável à modernização da democracia brasileira, sucumbiu à tentação de achar que, com um turno só, o candidato do PFL à prefeitura do Recife, Joaquim Francisco, está eleito. O ex-deputado Maluf, que pela direita ostenta em São Paulo situação semelhante à exibida no Rio por Marcelo Alencar na outra mão de direção, pendurou-se ao telefone e batalhou voto por voto a queda dos dois turnos. E por aí vai.

A síndrome do velhinho saliente, portanto, venceu. Quem acha que os dois turnos representam um passo importante no aperfeiçoamento do sistema eleitoral vai ter que esperar as eleições presidenciais do ano que vem. Não deixa de ser um consolo.

Ricardo A. Setti é editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo